



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA

JOSIANE APARECIDA VIDAL

O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO 1° DE
SETEMBRO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO – PR:
REFLEXÕES SOBRE O TEMA

LARANJEIRAS DO SUL 2017

JOSIANE APARECIDA VIDAL

**O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO 1° DE
SETEMBRO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO – PR:
REFLEXÕES SOBRE O TEMA**

O Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título Licenciado.

Orientadora: Prof.^a Dra Siomara Aparecida Marques

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Vidal, Josiane Aparecida

O Preconceito Racial na Escola Estadual do Campo 1°
de Setembro do Assentamento Egidio Brunetto - PR:
Reflexões Sobre o Tema/ Josiane Aparecida VIDAL. --
2017.

64 f.:il.

Orientadora: Siomara Aparecida Marques.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
interdisciplinar em educação do campo ciências sociais e
humanas - licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Preconceito Racial. 2. Racismo. 3. Discriminação.
4. Escola. 5. Assentamento. I. Marques, Siomara
Aparecida, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.



JOSIANE APARECIDA VIDAL

**O Preconceito Racial na Escola Estadual do Campo 1º de Setembro do
Assentamento Egídio Brunetto/PR: Reflexões sobre o tema**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

23 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques



Profa. Dra. Maria Eloá Gehlen



Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli

Dedico este trabalho a todas as pessoas, nas quais fizeram parte de minha trajetória, em especial Deus, que segurou a minha mão em todos os momentos difícil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UFFS pelo ensino, na qual abriu as portas para os movimentos sociais.

A professora Dra. Siomara Aparecida Marques pelas orientações e dedicação.

A todos (as) os professores (as), na qual fizeram parte da minha formação e terem proporcionado o ensino.

Agradeço a Deus por me manter em pé, em todos os momentos de dificuldades e limites no decorrer do curso.

Aos meus adorados e amados filhos Murilo e Ângela pelo carinho e apoio, que me promoveram no decorrer do curso.

Aos meus amigos, os quais cultivei ao longo do curso, em especial a Maristela, Leandro, Aline, Adelar, Maicon, Neide, Adão, Karina, Márcia, Vanessa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como se apresenta e como se trabalha a questão do preconceito racial no Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro do Assentamento Egídio Brunetto, localizado na região Centro-Oeste do Estado do Paraná. A partir disso definimos os conceitos importantes para compreender como se apresentam socialmente e como é pedagogicamente trabalhado o preconceito racial na Escola do Campo. Descrevemos um breve histórico a cerca do Assentamento Egídio Brunetto e do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro, como também contextualizamos historicamente as leis brasileiras que foram sendo criadas para combater o preconceito racial. A metodologia de pesquisa foi de natureza qualitativa e utilizou os seguintes instrumentos para a coleta de dados: entrevistas com educandos afrodescendentes e brancos dos 5º, 6º e 9º Anos; observação participante do cotidiano do Colégio e dos educandos tais como as brincadeiras, o comportamento e o lugar que os mesmos ocupam em sala de aula, como interação e como dialogam com os professores. Observação do trabalho pedagógico dos professores sobre a cultura afrobrasileira; a análise de documentos como o PPP do Colégio e da legislação que tornou obrigatório o ensino da cultura afrobrasileira nas escolas, como a nº10.639/03. Constatamos pelos resultados da pesquisa que: - o Colégio encontra-se com dificuldades para abordar a história do afrobrasileiro nos componentes curriculares; - a gestão escolar tem se limitado basicamente à análise do preconceito racial e da discriminação que acontece no ambiente escolar; há falta de formação dos professores referente ao tema. Nesse sentido, foi possível observar que os educandos estão se sentindo isolados quanto às questões e discussões sobre o preconceito racial existente na escola. Conclui-se que a temática do preconceito racial no Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro do Assentamento Egídio Brunetto tem sido pouco abordada no meio educacional.

Palavras-chave: Preconceito Racial. Racismo. Educação do Campo. Assentamento.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the issue of racial prejudice is presented at the State College of the 1st September of the Egídio Brunetto settlement, located in the Midwest region of the State of Paraná. From this we define important concepts to understand how socially presented and how is pedagogically worked racial prejudice in the School of the Field. We describe a brief history about the Egídio Brunetto Settlement and the 1st September Field State College, as we also contextualize historically the Brazilian laws that were created to combat racial prejudice. The research methodology was qualitative in nature and used the following data collection tools: interviews with Afro-descendent and white students of the 5th, 6th and 9th Years; participant observation of the daily life of the College and the students, such as the games, the behavior and the place they occupy in the classroom, how they interact and how they dialogue with teachers. Observation of teachers' pedagogical work on Afro-Brazilian culture; the analysis of documents such as the College's PPP and the legislation that made the teaching of Afro-Brazilian culture compulsory in schools, such as nº 10.639 / 03. We contacted the results of the research that: - the College is having difficulties to approach the history of Afro-Brazilians in the curricular components; - school management has basically been limited to analyzing racial prejudice and discrimination in the school environment; there is a lack of teacher training on the subject. In this sense, it was possible to observe that the students are feeling isolated on the issues and discussions about the racial prejudice existing in the school. It is concluded that the theme of racial prejudice in the State College of the Field 1 ° September Egídio Brunetto Settlement has been little approached in the educational environment.

Keywords: Racial Prejudice. Racism. Field Education. Settlement.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivo Geral.....	10
1.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 Metodologia de pesquisa.....	11
2. A QUESTÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO ÂMBITO ESCOLAR: DEFININDO OS CONCEITOS DE PRECONCEITO, RACISMO E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	13
2.1 Conceituando Educação do Campo, racismo e preconceito.....	13
2.2 O papel da educação escolar na reprodução e no combate ao preconceito racial: conceitos e reflexões.....	15
2.3 Breve contextualização histórica da chegada do negro no Brasil.....	18
3. CONTEXTUALIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO.....	21
3.1 Organização do Assentamento e a importância do Regimento Interno.....	24
3.2 Evolução do Assentamento Egídio Brunetto.....	26
4. EDUCAÇÃO ESCOLAR E PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO.....	28
4.1 A necessidade de possuir uma escola no Assentamento.....	28
4.2 O preconceito racial no Colégio 1º de Setembro: algumas questões para reflexão.....	30
5. AS LEIS ANTIRRACISTAS E O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA	37
5.1 Benefícios das leis brasileiras para a educação contra o preconceito étnico racial no Brasil: algumas considerações.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A – Roteiros de perguntas para entrevistas com professores.....	49
APÊNDICE B – Roteiros de perguntas para entrevistas com direção.....	50
APÊNDICE C – Dinâmica pedagógica para entrevista e conversa com educandos.....	51
APÊNDICE D – Fotos do Colégio 1º de Setembro do Assentamento Egídio Brunetto.....	52
APÊNDICE E – Plano de Aula.....	53

1 INTRODUÇÃO

O tema foi escolhido com o objetivo de compreender o preconceito racial presente na nossa sociedade, tendo o Colégio do Campo de um assentamento de reforma agrária, como foco de estudo. O colégio localiza-se no Assentamento Egídio Brunetto, situado no município de Rio Branco do Ivaí no Estado do Paraná, e denomina-se Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro.

Por ser um Colégio, na qual estive presente em várias fases de seu desenvolvimento, surgiu o interesse em desenvolver e compreender, como está sendo trabalhado o preconceito racial no âmbito da escola, compreendendo, que é um Colégio no e do Campo, onde os sujeitos estão inseridos diretamente na Educação do Campo, tanto os educandos como as famílias assentadas. Os assentados da Comunidade Egídio Brunetto, caracterizam-se por serem povos que prezam pela cultura camponesa, agroecologia, produção de alimentos saudáveis, qualidade de vida e diversidade no cultivo de alimentos.

Além disso, a educação, que o camponês pratica e, inclusive, ao longo dos anos desenvolveram várias lutas para alcançar esta finalidade, é um modelo diferenciado de educação, o qual se opõe ao modelo tradicional. Portanto, este modelo tenta romper com várias barreiras existentes inclusive no meio educacional, como por exemplo: o preconceito racial, racismo e discriminação, na qual é encontrado nas escolas e vivenciado no dia a dia de muitos alunos afro-brasileiro. É nessa perspectiva que as escolas que aderem à educação do campo, têm entre seus objetivos, compreender os educandos como indivíduos que vivem de acordo com a sua realidade de vida.

É de suma importância, esta pesquisa para a Educação do Campo, para ampliar e contribuir com a escola da comunidade, na qual estou inserida, ampliando os conhecimentos referentes ao racismo e consequências que o mesmo traz entre os educandos, tendo como foco de pesquisa a escola (e seus membros).

Nesse sentido, foi possível a realização de diálogos através da entrevista com cinco educandos afrodescendentes e três educandos brancos, do ensino fundamental, desenvolvendo a compreensão entre os mesmos, com maiores noções e conhecimentos em relação ao racismo e as inúmeras formas de preconceito, discriminação e as consequências que isso vem causando. Trabalhamos com a hipótese e realização da entrevista. A partir dessa iniciativa, acredito, que o colégio do assentamento se posicionará como mediador dessa problemática, desenvolvendo e realizando com os

educandos momentos de reflexões, em relação a este fator que prejudica o ensino dos educandos afrodescendentes, compreendendo que a escola é um espaço onde o indivíduo constrói parte de sua identidade e aprende se identificar como um cidadão social.

Nesse sentido, a pesquisa trará argumentos referentes ao tema, compreendendo que se faz necessário alguns questionamentos, para analisar como a escola vem tratando essa “problemática” e como os professores vem discutindo com os educandos dentro da sala de aula, os conteúdos a respeito do racismo?

Referente aos materiais didáticos, estão sendo pensados conteúdos além da consciência negra? A partir desta análise, pretendeu-se o colégio está sendo mediador deste processo e analisar se o mesmo vem compreendendo e buscando soluções para esta questão, que se encontra no ambiente escolar, sendo algo, onde se faz necessário ser abordado nas disciplinas, compreendendo que o preconceito racial é obrigatório ser estudado nas escolas, conforme a lei, nº10.639/03, uma lei, nas quais vem com o intuito de planejar uma educação antirracista, entretanto para isso suceder, precisa da consciência de cada sujeito da sociedade.

A partir disso é possível analisar que no decorrer dos tempos o afrodescendente, mesmo vivenciando esta questão do racismo, conseguiu avançar desde a sua libertação da escravidão, dando sentido para a sua existência através de conquistas, como por exemplo: o movimento negro que se deu, a partir da necessidade de se organizar coletivamente, onde se manifestou a favor de seus direitos e a serem vistos iguais aos demais brancos, em prol de conseguir viver na sociedade, trabalhar, frequentar lugares públicos e conquistando os espaços. Sendo assim, este trabalho pretende alcançar os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Compreender como se apresenta e como se trabalha a questão do preconceito racial no Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro do Assentamento Egídio Brunetto, em diversas formas de manifestação: no PPP, entre os sujeitos da Escola e na legislação.

1.2 Objetivos Específicos

a) Definir quais conceitos são importantes para compreender, como se apresentam e pedagogicamente é trabalhado o preconceito racial na Escola do Campo;

- b) Descrever um breve histórico sobre o Assentamento Egídio Brunetto e sobre o Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro;
- c) Analisar as diversas formas de manifestação do preconceito racial na Escola por meio do PPP, das relações sociais e pedagógicas entre os sujeitos e o que normatiza a legislação brasileira;
- d) Propor estratégias pedagógicas de combate ao preconceito racial na Escola do Campo.

1.3 Metodologia da Pesquisa

De acordo com Minayo (1994) a análise e interpretação qualitativa dos dados, foram realizadas procedendo à relação entre as principais categorias teóricas, como: o Preconceito Racial, racismo, discriminação, escola e Assentamento definidas pela pesquisa bibliográfica e documental, bem como as informações obtidas nas entrevistas com os cinco educandos negro e três de pele branca, nas turmas de 5º, 6º e 9ºano nas quais proporcionou compreender com maiores domínio o assunto referente ao tema, que caracteriza uma “análise de conteúdo” (MINAYO, 1994, p. 74-76).

Além disso, analisou-se a partir da pesquisa etnográfica: brincadeiras que os educandos costumam realizar nos horários dos intervalos, comportamentos principalmente dos educandos afrodescendentes, desde o lugar que os mesmos ocupam na sala de aula, interação com o professor e desenvoltura com as atividades em sala de aula. Além disso, analisou como os professores trabalham nos componentes específicos, referente ao tema preconceito racial, racismo e a história da cultura africana.

Foi realizado 12 entrevistas no colégio e trouxeram resultados, a partir da análise dos dados coletados e observado, como os educandos vem enfrentando o preconceito racial, levando em conta a expressão dos mesmos diante das perguntas, como por exemplo; constrangimento, vergonha, nervosismo, sentimentalismo, raiva, entre outras expressões.

Além disso, buscou e analisou-se como a direção da escola vem se posicionando em buscar métodos, para trabalhar o preconceito racial no colégio, observando desde o (PPP) Projeto Político Pedagógico da escola e analisar, como vem sendo pensado o currículo escolar para o Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro. Compreendendo a realidade de vida dos educandos, na qual seja possível realizar uma análise fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos: (1) a definição dos conceitos importantes para a compreensão de como se apresentam e como é trabalhado pedagogicamente o preconceito racial em um dos colégios do campo; (2) traz a descrição de um breve histórico sobre o Assentamento Egídio Brunetto e o Colégio 1º de Setembro que está nele inserido; (3) trabalhou a análise das formas de preconceito existente na escola do Assentamento por meio das entrevistas com professores e dinâmica pedagógica com educandos; (4) traz uma contextualização histórica das leis brasileiras criadas para combater o preconceito racial.

2 A QUESTÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO ÂMBITO ESCOLAR: DEFININDO OS CONCEITOS DE PRECONCEITO, RACISMO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

É de suma importância ressaltar a escola do campo, como um espaço o qual vem com o intuito de compreender os sujeitos dentro de sua realidade de vida. Cabe ressaltar que os educandos constroem parte de sua identidade e aprendem a respeitar a cultura, valores e costumes dos outros. Portanto, se faz necessário a definição de alguns conceitos, para que a partir deles, haja uma melhor compreensão e análise da escola do campo e como a mesma vem trabalhando pedagogicamente estes conceitos.

2.1 Conceituando Educação do Campo, racismo e preconceito

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo possui alguns elementos básicos que apresentam a sua consciência de mudança, como por exemplo; mudanças que se constituiu como uma pressão coletiva por políticas públicas e pela disputa na política educacional brasileira. A partir da realidade de cada grupo social que a compõe, como também articula com a luta por educação com a luta pela terra, considera a especificidade do campo e dos sujeitos que nela vive. Valoriza a “riqueza social e humana” dos sujeitos; surge como prática e possui desafios práticos, que não se resolve apenas no plano teórico. Articula a realidade dos sujeitos, com a totalidade que a envolve. Compreendendo que a escola é objeto principal das lutas e reflexões pedagógicas, onde a mesma se constitui na “luta contra tutela” política e pedagógica do Estado e finalmente, tem os educadores como sujeitos fundamentais do trabalho pedagógico e das transformações na escola. (CALDART, 2012, p. 263-264).

Nesse sentido, a Educação do Campo vem com várias finalidades sendo uma delas, proporcionar aos sujeitos do campo de acordo como eles vivem, buscando conhecê-la melhor, no intuito de compreendê-las e não permitindo que as suas raízes sejam esquecidas e sim preservadas, compreendendo, que a identidade dos indivíduos que pertence ao campo, tem suas culturas, costumes e especificidades.

Já o preconceito racial é um fator que vem sendo discutido, mas não como deveria, pois o preconceito de um determinado grupo ou indivíduo é em função de sua cor e características. Na sociedade em que vivemos ainda é possível analisar a hierarquização, que vem se destacando pelas aparências, cor de pele e nível social. O preconceito acontece a partir do instante, que um indivíduo faz um julgamento prévio de

um grupo, em função de sua cor de pele ou características. De acordo com Mendes (2010 apud PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2017) afirma que

O preconceito é, portanto, o conceito formado antes de se ter os conhecimentos necessários; é a opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação. Preconceito, ou seja, conceito de algo que não conhecemos ainda, conceito que fazemos de imediato. (PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2017.p 3-4).

O conceito de racismo é observado a partir do momento que um determinado grupo tem um aspecto negativo do outro, pelas características física, cultural e dos costumes, principalmente a cor da pele, na qual determinado grupo pertence. Segundo Santos (2001, apud, PIMENTEL, SILVA, SANTOS, 2017, p.9) “Durante todo esse tempo os negros vem sofrendo racismo pelas suas características físicas e culturais, criticam seus lábios grossos, seus cabelos crespos e outros traços físicos que são bem marcados. [...]”

Portanto, essa teoria de raça, não tem aceitação no meio científico, pois é discutido e defendido o conceito de etnia, onde são considerados os grupos de pessoas, que obtêm as mesmas culturas, costumes e valores, como por exemplo: a etnia afro-brasileira, na qual são os indivíduos de pele negra.

Geralmente ao referir-se ao racismo e preconceito contra o negro, nota-se uma ligação com os tempos da escravidão, analisando pelas piadas e pejorativos onde é usado pelos preconceituosos, a título de exemplos: volta pra senzala! A escravidão deve voltar! Lugar de negro é no tronco! O negro ficou pra servir o branco! Entre outros desrespeitos, a população afro-brasileira visto em nossa sociedade.

O contexto histórico do afrodescendente é marcado por sentimentos de sofrimento, visto que os negros foram escravizados pelos portugueses por quatro séculos. No período da colonização, a cor branca do ser humano prevaleceu e os afros, foram alvo de diversas atrocidades e tratados como objetos, sem alma e tudo que não tem alma, não sofre e não sente. Portanto, esta forma de tratamento, na qual os afros eram submetidos, traz reflexos até os dias atuais e resulta a partir do preconceito e discriminação relacionado à cor da pele e algumas características africanas, tais como: cabelo crespo, lábios grossos, como também a cultura e costumes vinda do africano, as músicas, danças, culinária entre outros.

O racismo e a escravidão, de certa forma estiveram permanentemente interligados, entretanto a população branca considera-se historicamente superior aos negros em todos os aspectos, pelo fato do negro ser dominado pelo branco no passado e serem escravizados por muitos tempos e esta desigualdade entre os seres humanos e

superioridade evidenciada em função da cor da pele, vem sendo vivenciada pelo racismo e o preconceito contra o grupo étnico, onde a sociedade não consegue superar desde a escravidão. De acordo com Nascimento (2010)

o racismo não é algo presente e sim, uma herança de um processo de mão de obra barata e exploração dos colonizadores sobre os colonizados. Pode-se perceber que existe uma relação muito próxima entre racismo e escravidão, baseados em interesses econômicos e sociais da população branca e europeia que resultava em poder e superioridade. (NASCIMENTO. 2010, p.2).

O preconceito racial está presente na sociedade em diversos espaços: no trabalho, escola, na rua e, inclusive, nas casas de famílias e rodas de amigos. A sociedade faz algumas piadas e usa termos pejorativos usando os afros, como se os mesmos realizassem somente coisas incorretas e não fossem aptos como os brancos. Esses insultos aos negros são usados com normalidade até os dias de hoje. Até mesmo os negros usam esses dizeres sem perceberem que é uma ofensa contra as suas origens. Nascimento (2010) afirma que

As frases como “negão” e piadas de “preto”, fazem parte do nosso cotidiano e são vistas como algo “comum” nas expressões do coletivo brasileiro, são elas: “Só pode ser negro”, “negro de alma branca”, “negro é a sujeira do mundo”, “é negro, mas presta”, “negro é igual a urubu só presta longe”, “negro fede a macaco”, “coisa ta preta”, “negro só é gente quando está no banheiro”, “negro quando não suja na entrada, suja na saída”, (NASCIMENTO, 2010, p.4).

Nessa perspectiva é de suma importância destacar, que a criança “geralmente” é educada em casa pelos seus familiares, valorizando a cultura, costumes e possuindo valores, além de aprender a valorizar e respeitar os sujeitos de diferentes etnias, como um todo, independente de sua etnia, religião, valores, costumes. Porém é possível analisar, que ninguém nasce racista, as pessoas adquirem o preconceito a partir da convivência e entre pessoas e locais, onde atribuem a negatividade e desigualdade racial.

2.2 O papel da educação escolar na reprodução e no combate ao preconceito racial: conceitos e reflexões

A escola é um dos principais vínculos sociais, que a criança tem após a sua família, iniciando desde a educação infantil. No entanto, ao iniciar na escola já se depara com a realidade da sociedade, a diferença entre as características físicas e origens, culturas e costumes, nas quais as pessoas possuem. De acordo com Nascimento (2010)

A instituição escolar é um espaço responsável pelo processo de socialização infantil, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual se

estabelecem as relações com crianças de diferentes culturas familiares. (NASCIMENTO, 2010, p.7).

A criança inicia na escola com conhecimentos prévios, referentes aos preconceitos existentes em nossa sociedade, conhecimentos estes, nas quais na medida do tempo são aprimorados em espaços diferentes tais como: escola, comunidade e igreja entre outros espaços, a partir do momento em que estes alunos se deparam com os insultos, piadas e brincadeiras maliciosas, começam a perceber que nem todos pensam de maneira igual. Consequência disso é a baixo autoestima, resultando o sofrimento do aluno negro/afro, sem saber lidar com o preconceito, onde muitas vezes é ignorado a desigualdade dentro da própria escola.

Sendo assim, os alunos da etnia afrodescendente, passam a se ver como diferentes enquanto seres humanos, pela diferença da cor da pele, além de suas características, costumes e culturas. Cabe salientar que os mesmos sofrem, além da discriminação, como também pela forma que olham para ela, desvalorizando suas origens, etnia, como se não tivesse os mesmos direitos, que os demais. De acordo com Nascimento (2010)

Esse processo de manifestação discriminatória no espaço educativo tem gerado um quadro de agressões tanto físico como simbólica (linguagem que desvalorizam o negro), o que na maioria das vezes tem acarretado uma série de sofrimentos no cotidiano desses alunos negros, algo que nem sempre é visível aos nossos olhos, por que envolve tanto o caráter moral, como o psicológico do indivíduo. O que se subentende é que, a formação e construção da identidade do indivíduo é um processo que começa na fase inicial da Educação Infantil. (NASCIMENTO, 2010, p. 7-8).

A criança negra/afrodescendente, que frequentemente sofre o preconceito racial na escola, tem grandes chances de ter limitações e defasagens no que se refere a ensino e a aprendizagem. Como consequências passam a se comportar como se fossem culpados de serem negros, a timidez ou a revolta gera desatenção ou indisciplina nas aulas, o que pode resultar em baixo rendimento escolar e até na reprovação do aluno negro.

Para amenizar essas situações discriminatórias no ambiente escolar, a escola conta com o trabalho dos professores no cotidiano escolar, pois estes têm o compromisso de fazer a reflexão e propiciar debates, para combater o preconceito racial, discriminação e o racismo, desde a educação infantil. No entanto, nem todos os professores conseguem resolver essa problemática com o preconceito nas escolas e, assim, aumenta o preconceito racial no ambiente escolar.

Portanto, é possível analisar o preconceito na escola, até mesmo com o uso dos

materiais didáticos, que dependerá da forma nas quais os professores apresentarão, para os alunos, os conteúdos dos livros sobre a história e a cultura africana. Segundo Cavalheiro (2005 apud NASCIMENTO, 2010)

O silêncio dos professores perante as situações impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como está contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALHEIRO, 2005, apud NASCIMENTO, 2010, p.9).

A partir das agressões com as crianças negras, as mesmas passam a se ver como diferentes em termos de capacidade, competência e criatividade em relação as demais. A escola, muitas vezes, ensina o negro a se acostumar com as agressões e permite parecer normal as piadas sobre negros, compreendendo que esta problemática é vivenciada nos espaços escolares e simplesmente é passado despercebido diante dos olhos de alguns professores e demais da escola. A partir disso, o interesse do aluno afrodescendente ir à escola se torna uma obrigação.

De acordo com Ortiz (2005, apud PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2017)

O racismo não só prejudica quem sofre, mas a todos os alunos presentes nas salas de aula de todo o país. A sua prática pode gerar conflitos, desunião, principalmente quando a professora não toma atitudes frente a estes fatos. A negação ou apatia das educadoras em procurar soluções às situações preconceituosas entre as crianças, reforçam os estereótipos e preconceitos. (PIMENTE; SILVA; SANTOS, 2017, p.10).

É de suma importância ressaltar, que em determinadas escolas, uma das únicas datas são priorizados para estudar e combater o preconceito racial, passa a ser apenas no “Dia da Consciência Negra”, tanto que essa data está presente em livros e materiais didáticos. Porém, a questão desta problemática é discutida unicamente em (21 de novembro), ocultando de trabalhar o preconceito, racismo e a história africana nas disciplinas em geral, principalmente nos conteúdos de História, no Ensino Básico e também de Sociologia no Ensino Médio. De acordo com Junior (2002)

A questão de incluir a História da África foi considerada como uma estratégia de recuperação dos fatos, de superação da visão eurocêntrica dos conteúdos, mas também como elemento de valorização da população [...] (JUNIOR, 2002 p.40).

A escola vem com o intuito, de compreender os educandos e a sua realidade de vida, cultura, costumes, entre outros. Principalmente na questão do grupo social que o educando pertence, na qual vem sendo uma problemática discutida com o propósito de combater o preconceito racial, observado em diferentes espaços e no cotidiano do indivíduo, a partir da discriminação que o negro sofre, sendo motivo de piadas, palavra de

deboche, entre outras.

O preconceito racial é percebido de várias formas, sendo muitas vezes através de gestos, risos, olhares irônicos e palavras ofensivas, devido um indivíduo ou grupo ter suas culturas e costumes e características diferenciada, o preconceituoso atribui valores, obtendo um pré conceito sem ter conhecimento dos indivíduos ou grupos.

Já o racismo, se dá pelo fato de ser um grupo pessoas negras, com características e culturas diferentes, devido a isto é atribuído aspectos negativos e por consequência de seus traços como; cabelos crespos, cor negra e lábios grossos. Estas características fazem parte da cultura africana, que o negro traz, sendo ela a sua raiz cultural e a sua identidade, onde vem de um contexto histórico que abrange muitas lutas.

Mesmo sendo criticado, o negro/afro compreende que pertence a uma etnia a partir de sua genética e características, dando valor às suas culturas, na qual ele construiu a sua identidade e valores. A partir disso, é possível analisar que a escola do campo, como todas as escolas brasileiras, vem com esse desafio e obrigatoriedade, de incluir nos currículos escolares estratégias, que abranjam todo o contexto histórico da cultura africana, conforme a lei, n ° 10.639/2003.

Já o diferencial, é que a escola da Campo tem em contrapartida o método de estudar visando a realidade do educando, buscando compreender sua vivência no campo, com o intuito de proporcionar para os educandos, no aspecto de conservar e não deixar se perder as suas culturas e raízes camponesas. Compreendendo que os educandos do Colégio Estadual do Campo 1° de Setembro, vivem em um espaço que todos prezam pela organicidade e coletividade, porém, mesmo assim, na escola do campo, vem sendo vivenciado esta “problemática” do preconceito nas escolas, principalmente o colégio em que eu resido.

De acordo com Schwendler (2015, p.102) “A problematização da realidade dos educandos, a análise crítica de sua prática permite-lhes emergir e se inserir mais criticamente no seu contexto social, como sujeitos históricos”. Neste sentido compreende se, que o propósito deste estudo de pesquisa, tem a finalidade de contribuir com o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação dentro do ambiente escolar do Colégio do Assentamento Egídio Brunetto.

2.3 Breve contextualização histórica da chegada do negro no Brasil

É de suma importância destacar, que a escravidão no Brasil se deu no início do

século XVI, onde o negro foi trazido do continente africano, pelos europeus, em navios negreiros, com péssimas condições, pois o intuito da exportação do negro para o Brasil seria apenas interesses econômicos dos portugueses. Segundo Albuquerque; Filho (2006 apud PÓRTOS, 2010, p.15)

A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais européias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo. A colônia portuguesa (o Brasil) dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra. (ALBUQUERQU; FILHO; PÓRTOS, 2010, p.15).

Nesse sentido, o negro passou a ser considerado objeto de trabalho e passou a ter donos. O negro, por sua vez, era obrigado a trabalhar diariamente em troca de uma refeição ao dia e permanecer em um espaço para dormir sem condições humanas. O trabalho do negro se tornou algo, onde deu muito lucro aos seus donos, em função disso cada vez mais surgia o interesse e ambição de lucro dos portugueses.

As mulheres negras eram obrigadas a trabalhar, servir o seu senhor e até mesmo a se submeter a relações sexuais forçadas. Além disso, o negro que não obedecesse no trabalho ou demonstrasse qualquer manifestação cultural africana ou fosse visto na tentativa de fugir, era punido e realizado práticas impiedoso com os mesmos citamos como exemplo: trabalhar sem a alimentação por um determinado tempo, espancamentos e humilhações, já a chibata era a punição principal usada pelos donos de escravos, levando até mesmo a morte, como forma de castigo para servir de exemplo aos demais.

Mesmo com a exportação do negro para o Brasil, os índios também estavam sendo escravizados pelos portugueses e continuaram muito tempo sendo utilizados para a mão de obra escrava, porém, os índios realizavam fugas as quais dificultavam sua localização. Esses, entre outros motivos, fez com que houvesse a substituição do trabalho do índio pelo negro africano, além disso para os portugueses o negro gerava mais lucro e mais resistente no trabalho.

O negro, além de ser trazido de seu espaço foi forçado a deixar sua cultura, costumes, raízes, realizava longas viagens durante as exportações do Continente da África para o Brasil, os escravos/negros eram conduzidos e transportados nos porões dos navios, com terríveis condições. Consequência disso, milhares de escravos africanos morriam e eram jogados ao rio, causando mais dores e sofrimento aos africanos.

Segundo Albuquerque e Filho, (2006 apud PÓRTOS 2010, p.14)

[...] Cerca de 4 milhões de escravos africanos desembarcaram em vários portos de várias regiões brasileiras, fora os que não resistiram a viagem e morreram

antes mesmo de chegar, sendo esses corpos jogados no mar, pois o transporte da África para o Brasil era feito no porão dos navios negreiros que eram em péssimas condições. Por meio do tráfico africano, os portugueses puderam colonizar o território brasileiro, pois foi com a ajuda destes escravos que estes estrangeiros conseguiram ocupar as terras descobertas do Brasil e, com o grande número de escravos negros africanos. (PÓRTOS, 2010, p.14)

No Brasil, a escravidão permaneceu por quatrocentos anos, porém, com o passar dos anos o negro escravizado foi conquistando espaços com muitas limitações e preconceitos, na qual um símbolo de liberdade almejado pelos escravos era a carta de alforria, documento este, onde era uma oportunidade, que os mesmos tinham de se libertar do trabalho forçado, alguns escravos levavam a vida inteira pensando em sua libertação. Porém, este símbolo que os donos de escravos usavam, era apenas uma forma que encontravam para que os escravos obedecessem. De acordo com Pórtos (2010)

[...] Carta de alforria, um instrumento jurídico que permitia aos senhores libertar seu escravo, esta prática poderia ser paga pelos escravos ou até mesmos conquistados por eles, gerando promessas de senhores para obter a obediência e dedicação dos escravos, assim a carta se tornava gratuita, poderia também ser exigida por um determinado tempo, ou até mesmo por toda a vida. (PÓRTOS, 2010, p.18)

Mesmo sendo sofrida a vida dos escravos, os mesmos foram libertos pela carta de alforria, para eles isto seria a melhor coisa de suas vidas. Mesmo sabendo que depois de sua libertação nada seria fácil, pois os mesmos não eram considerados iguais aos brancos e nem mesmos poderiam frequentar os mesmos espaços que os brancos. Nesse sentido, os negros africanos passaram por vários momentos de sofrimentos, tristezas e desamparo, sendo vítimas de diversas formas de violência entre elas a física e a psicológica, nas quais além de torturas os mesmos eram comparados como animais e objetos do trabalho.

Em consequência disso, o racismo de hoje e a discriminação contra o negro, no Brasil é compreendido como uma herança dos antepassados. Além disso, o afrodescendente atualmente vem passando por vários obstáculos, referente o seu cotidiano, trabalho, escola, ruas, enfim nos ambientes públicos, onde os mesmos passam por vários constrangimentos, em função de fazer parte da etnia afrodescendente, enfim, por ter uma cor de pele e características diferente dos de mais e isso pra sociedade é vergonhoso.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Branco_do_Ivai

O objetivo deste capítulo consiste em abordar brevemente o histórico do Assentamento Egídio Brunetto buscando compreender a sua formação e a chegada das famílias, para a realização da reforma agrária na região. O Assentamento na qual se chama Egídio Brunetto, está situado no município de Rio Branco do Ivaí, Paraná, formado por um coletivo, na qual somam aproximadamente 188 famílias. Desde o início, o propósito do coletivo de famílias, vem sendo por meio da organização, a partir disso vem adquirindo estabilidade e suporte para gerar o sustento para todos.

As famílias ficaram Acampadas por sete anos até a compra da área e a formação do Assentamento, onde atualmente é formado por várias famílias oriundas de várias regiões do Paraná, etnias e pessoas estas que saíram das cidades, sítios e os filhos de assentados para formar o Acampamento, cada família com sua cultura, valores e costumes e, a partir da convivência no mesmo espaço do acampamento, as famílias aprenderam a se adaptar umas com as outras.

A partir da experiência como acampadas é possível observar que as famílias misturam suas culturas e costumes e, desse modo, tendem a respeitar as diferenças no meio comunitário, com mais madurecimento. Porém, mesmo assim é possível analisar o afrontamento de alguns indivíduos em relação ao afrodescendente, em participar nas mesmas tarefas. De acordo com Caldart (2003)

um dos grandes desafios pedagógicos do MST com sua base social tem sido justamente ajudar as pessoas a fazer uma nova síntese cultural, que junte seu passado, presente e futuro numa nova e enraizada identidade coletiva e pessoal. Viver como se luta, lutar como se vive. (CALDART, 2003, p. 54).

É possível observar no Assentamento Egídio Brunetto, que em torno de 80% das famílias, que constitui o espaço, são da etnia afrodescendente, pessoas que além de viver em uma sociedade racista, enxergam a pobreza como um defeito, onde se torna mais difícil adaptar-se socialmente. Embora o Brasil seja considerado um país miscigenado e possuindo na sua origem a mistura de diversas etnias como os povos negros, indígenas e brancos, entre outros, na qual é formado o “povo brasileiro”. De acordo com Gomes (2003)

se partirmos do pressuposto de que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil, ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendente de africanos. Porém, refiro-me aqui ao grupo étnico/racial classificado socialmente como negro. (GOMES, 2003, p. 78)

O racismo, é um fator avaliado, discutido e criado algumas leis, onde vem com o intuito de beneficiar os indivíduos Afro-brasileiros e oferecer os mesmos direitos que os demais na sociedade, no entanto houve várias lutas dos antirracistas.

Nesse sentido foi possível ser sancionada a lei, nº 10.639/03 começando na educação escolar, que a própria traz a importância de definir as diretrizes Curriculares Nacionais, para a educação das Relações Étnico Raciais. Esta lei abrange vários aspectos de total importância para o direito do negro/ afrodescendente, onde o mesmo seja reconhecido na sociedade e respeitando as suas culturas, costumes, como também as demais etnias.

Desse modo, é possível relacionar o histórico do afro-brasileiro e o preconceito que o mesmo vem sofrendo ao longo de sua vida e existência, com o histórico e lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimento este, que vem há mais de 30 anos abrindo espaço político para as famílias pobres sobreviverem, sem passar por necessidades e assegurar a elas um lar, escola e sobretudo um pedaço de terra para plantar.

Em consequência disso, muitos militantes morreram covardemente espancados, presos e além de tudo sofreram preconceitos por serem “sem-terra”, caboclos ou negros. Enfrentaram inúmeras revoltas vindas da burguesia, onde não só apoia os grandes proprietários, como também é contra os camponeses e a classe pobre.

Nesse sentido, é significativo recapitular os momentos que deram início ao Assentamento Egídio Brunetto, iniciando a partir do tempo de acampamento, com o

objetivo de compreender como as famílias vem se organizando interiormente no espaço até o atual momento em que se tornou Assentamento. De acordo com Caldart (2003)

O MST trabalha o tempo todo no limite entre humanização e desumanização; sua luta é de vida ou morte para milhares de pessoas, que fazem da sua participação neste Movimento uma ferramenta de reaprender a ser humano. Este é o dia a dia da educação dos Sem-Terra em cada ocupação, em cada marcha, em cada acampamento, assentamento... E é este mesmo dia a dia que mostra que esta é uma tarefa possível e necessária; e que se é possível resgatar uma humanidade quase perdida, e ajudar pessoas adultas ou já idosas neste reaprender a ser humano, tanto mais possível e necessário é ajudar nesta aprendizagem desde a infância. (CALDART, 2003, p.52).

O Acampamento, atualmente se tornou o Assentamento Egídio Brunetto, iniciou em 2007 com a ocupação da Fazenda Mestiça, contou com a presença de aproximadamente 750 famílias, maior parte vinda da rodovia federal de Manoel Ribas Paraná, na qual as famílias haviam ficado acampadas por seis meses neste local. As famílias encontraram dificuldade em se adaptar no espaço, devido ter dezenas de crianças ao redor de uma rodovia federal, com movimentos constantes de carros, à mercê do perigo.

O acampamento foi “acumulando” famílias vindas de vários lugares/regiões, através de organizações e de trabalhos de bases, nas quais os jovens militantes do acampamento investigavam nas cidades e bairros mais pobres, locais que acreditavam conter mais famílias com disposição em lutar por um pedaço de terra, a fim de formar uma grande quantidade/massa de pessoas, para assim ter a possibilidade de ocupar uma determinada área para reforma agrária.

Após os seis meses, já havia no referido acampamento, cerca de 750 famílias. Desse modo, através da organização da coordenação e direção do acampamento, foi realizado uma assembléia para informar a ocupação da área, o qual nenhuma pessoa conhecia ou sabia em que local ou região ficaria, a Fazenda Mestiça. Porém, todos tinham a dimensão que seria um lugar onde ofereceria abrigo a todos.

O momento da ocupação ocorreu como projetado, pois não houve confronto, somente conversas entre direção do acampamento com o proprietário da fazenda. A partir disso, as famílias iniciaram seus barracos e uma nova história de conquistas, como também de dificuldades. A partir desse momento, o acampamento passou a se chamar 1º de Setembro, em homenagem ao dia em que foi ocupada em 2007.

No mesmo ano de 2007 surgiu a preocupação de ter uma escola, no entanto a única escola, como opção para os educandos estudarem seria a escola do distrito Porto Espanhol, há 6 km do Acampamento. Desse modo, os educandos começaram a estudar,

porém, houve estranhamentos entre os alunos e professores, por não compreenderem o movimento, as diferentes culturas e realidades. Sendo assim, os educandos passaram a enfrentar preconceito na escola¹, referentes à forma como se vestiam e pelas condições que viviam nos barracos.

3.1 Organização do Assentamento e a importância do Regimento Interno

A partir do momento em que o indivíduo se torna integrante do Movimento² dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é necessário cumprir com algumas regras, que se denomina, como “Regimento Interno do Acampamento”, regras que devem ser cumpridas. Em casos de desvio, o sujeito cumprirá alguns deveres e tarefas como forma de punição. É possível analisar o regimento interno do acampamento como uma forma do indivíduo se avaliar enquanto militante do MST.

Nesse sentido, é interessante destacar as formas de organização dentro do acampamento, nas quais inicia com a organização das brigadas, em que são compostas por cinquenta famílias. Normalmente o homem e a mulher na família se comprometem com todas as responsabilidades perante o regimento interno e o compromisso de convidar os demais da casa para participar das tarefas e reuniões, com a finalidade de todos estarem informados sobre os problemas do acampamento e, assim, juntos contribuírem com ideias e debates em reuniões. Como as brigadas são formadas por grupos de cinquenta famílias, é escolhido entre todos um representante, na qual se autodenominará da direção do assentamento.

A partir disso se distribui dentro das brigadas cinco grupos de dez (10) famílias e todo grupo escolhe um coordenador e uma coordenadora. Já os demais membros do grupo ficarão com o compromisso de se inserirem em um dos setores, com a finalidade de ajudar na organização da brigada. Basicamente os setores são de: higiene, infraestrutura, alimentação, saúde, educação, disciplina, produção, coordenação, direção, formação e comunicação.

Os setores vem sendo uma forma, na qual o MST encontrou para se organizar

1 Sobre o preconceito na escola, este tema será trabalhado no próximo capítulo.

2 De acordo com Caldart (2003) O Movimento é do jeito que coletivamente as pessoas vêm produzindo a identidade Sem-Terra, e fazendo a luta pela Reforma Agrária que enraíza e fortalece esta identidade. Em momentos de conflito social mais acirrado, como o que vivemos hoje, isto fica ainda mais visível: é das pessoas, de cada uma delas, que depende a resistência, a firmeza nos propósitos, a conduta que fica como imagem perante a sociedade; a continuidade diante dos embates mais fortes, a identidade. O MST conseguiu chegar aos 17 anos porque aprendeu a valorizar cada pessoa que integra sua organização, e definiu a formação humana como uma de suas grandes prioridades. (CALDART, 2003, p.53)

dentro dos acampamentos e assentamentos, pensados como um modelo de “regras”, devido às famílias não se dispersarem do principal objetivo: a conquista da “terra”. Mas, para isso, todos devem fazer parte de um dos setores. Além disso, as instâncias que reúnem os setores, como a coordenação e a direção do movimento, têm um papel fundamental, de realizar debates e realizar formação com todas as famílias sobre a importância de possuir um pedaço de terra para plantar e colher seus próprios alimentos.

Sendo assim, é imprescindível, que todas as famílias cumpram com algumas das tarefas dentro dos acampamentos e assentamentos, estabelecendo para a comunidade um espaço organizado.

A partir do momento em que iniciou como Assentamento Egidio Brunetto, houve a continuidade da organização e funcionamento dos setores. Entretanto, isto foi por pouco tempo, pois na medida em que as famílias se deslocaram com destino a seus lotes, a maior parte não continuou com disposição e entusiasmo em cooperarem com o funcionamento dos setores.

Desta forma, o Assentamento deixou de ter a mesma organicidade e unidade que havia adquirido desde o tempo de acampamento. Em consequência disso as famílias se desuniram, gerando a falta de informes e orientações significativas em benefício das famílias, devido à ausência dos setores na organização da comunidade.

Atualmente, quando se faz necessário juntar alguns setores como: coordenação e direção em função de discutir alguma coisa, é possível ser realizado a reunião, no entanto, com limitações para resolver quaisquer problemas, pelo fato de paralisar os setores, no qual era de total importância para a organicidade do Assentamento.

É possível analisar a necessidade que se tem, em preservar a organização das famílias a partir dos setores, compreendendo na qual os acampamentos, em particular o Assentamento, na qual eu resido passou por diversos contratemplos, considerando que sem a “organicidade” interna e o “companheirismo”, ocorreriam numerosas desistências de famílias em busca de outros espaços.

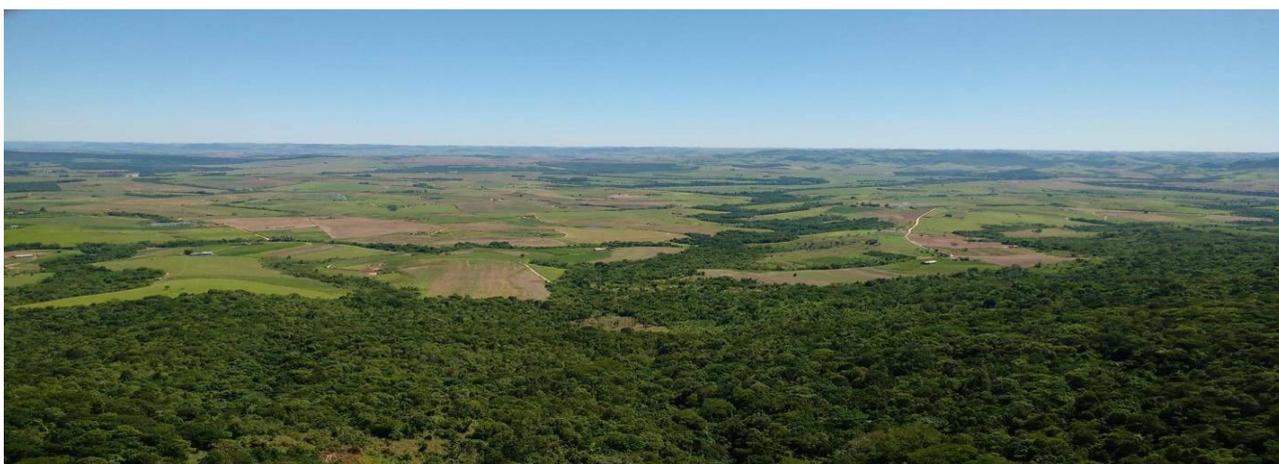
Para a formação dos acampamentos, sem dúvida, encontram-se famílias sem condições financeiras. No entanto, o acampamento/comunidade tem o compromisso de sensibilizar, atribuindo assistência em amparar/proteger as famílias que vão chegando no espaço.

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra percebe o acampamento como um período de lutas, progressos/avanços, no qual terá êxito se houver “organicidade”, nas quais as famílias avancem e progridam, respeitando a

especificidade de todo indivíduo, na qual faz parte da comunidade/acampamento contudo lamentavelmente, nos dias de hoje, não está ocorrendo a organicidade no Assentamento como anteriormente e como deveria.

3.2 Evolução do Assentamento Egídio Brunetto

O Assentamento Egídio Brunetto, recebeu esse nome em homenagem a um companheiro, na qual fazia parte do movimento do MST, um militante que prezava pelos alimentos a produção saudável, conhecido como colecionador de sementes produzidas pelos próprios agricultores. O mesmo faleceu em 2012 em um acidente de carro. Sendo assim, em forma de reconhecimento das ações que o militante Egídio Brunetto trouxe para o movimento, o Assentamento fez esta homenagem em reconhecimento pelo seu histórico de lutas.



Fonte: arquivos pessoais; Josiane, Vidal. Assentamento Egídio Brunetto, Outubro de 2017

A partir do momento, em que as famílias receberam seus lotes no dia 24 de Fevereiro de 2007, foi um grande momento para as mesmas, pois foi a partir de lutas, sofrimentos e ousadias, que as famílias conseguiram ser contempladas com um pedaço de terra para plantar. Porém, nesse momento havia grandes desafios para as famílias, de construir sua moradia, como também a infraestrutura de seus lotes, mesmo sem condições financeiras.

As dificuldades financeiras primeiramente foram para realizar suas plantações, no entanto, mesmo com insuficiências, as mesmas fizeram plantações como de feijão, milho, soja, hortaliças, mandioca, etc. Considerando, que no Assentamento algumas famílias possuíam maiores condições financeiras, de chegar ao ponto de arrendar lotes de

famílias que não conseguiam usar suas terras inteiras para plantar.

Mesmo a partir dessa realidade, o Assentamento se tornou uma comunidade, na qual boa parte das famílias ainda colabora umas com as outras para estruturar um espaço de entretenimento, comércio, entre outros, como por exemplo: o centro comunitário, o campo de futebol, as igrejas, mercado, represas de pescas, barracões, na qual e realizado as festas, onde as famílias possam usufruir e se distrair nos finais de semanas.

O Assentamento Egídio Brunetto, atualmente, vem sendo um espaço onde as famílias conseguem viver de maneira saudável, respeitando o espaço um do outro. Mesmo com a ausência dos setores em funcionamento dos núcleos setoriais como dito acima, ainda consideramos como sendo modelos de organicidade do MST.

No Assentamento houve desentendimento interno, por falta de compreensão das famílias referente ao Regimento. Assim, alguns os mesmos deixaram de participar e segui-lo, porém, percebe-se que são fatores que interferem na organicidade interna das famílias, na questão do acesso à políticas públicas, entre outros.

4 EDUCAÇÃO ESCOLAR E PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO

Neste capítulo, serão analisadas algumas formas, pelas quais se manifestam o preconceito racial existente na escola do Assentamento. Mas antes se fará um relato da história da constituição da escola do Assentamento, uma escola do campo, na qual vem com o objetivo de não afastar-se de suas raízes, culturas e suas identidades camponesa. A escola do campo busca, compreender os educandos de acordo com a realidade de vida, onde eles estão inseridos.

4.1 A necessidade de possuir uma escola no Assentamento

Na fase de acampamento, devido a vários obstáculos e dificuldades, surgiu a necessidade de construir uma escola e ensinar de acordo com a realidade das famílias. Compreendendo que não foi uma tarefa fácil para a comunidade, pois não dependia apenas de ter uma escola para os educandos dependia do Estado aceitar a escola e as demandas que as famílias reivindicavam.

A partir desse momento, houve discussões e debates nas reuniões, sobre a forma como seria trabalhado e como seria feito a construção da escola, que atendesse todas as crianças do acampamento, pois havia aproximadamente 750 crianças, com faixa etária variada. De acordo com Caldart (2003, p.66) “somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter o jeito do campo, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo”. Está aí o desafio para o Estado, de construir uma escola com estas propostas.

Devido à falta de estruturas de salas de aulas para todas as turmas, as aulas eram realizadas em baixo de árvores com alguns materiais didáticos, porém, a boa vontade e o dever de ensinar falou mais alto. Os educadores foram escolhidos a partir das reuniões da direção do acampamento, os mesmos foram indicados por serem dedicados, comprometidos, com formação e se disponibilizavam em se dedicar e trabalhar voluntariamente como educadores.

As aulas tiveram início no dia 24 de outubro de 2007, a partir da Educação Infantil até o 5º Ano. Já os educandos matriculados no Ensino Fundamental e Ensino Básico, prosseguiram estudando na cidade de Rio Branco do Ivaí, sendo a cidade mais próxima do acampamento. Nesse sentido, houve estranhamento dos educandos devido os mesmos se deslocar à cidade para estudar, inclusive os educandos estudavam longe e

com outra realidade, como também os mesmos eram acampados, desse modo os mesmos vivenciaram o preconceito de alguns alunos do colégio.

O ano de 2008 foi um ano de muitas demandas, sendo uma delas, a participação e organização e companheirismo de todas as famílias da comunidade/acampamento para a construção das salas de aulas. No entanto, contaria com a organicidade das famílias, com retiradas de madeiras (eucaliptos), na qual já pertenciam à área antes da ocupação. De acordo com Caldart (2003)

Olhando para a história do MST nesta perspectiva, nos encontramos com algumas lições de pedagogia, ou de como os sujeitos de uma luta social e de uma coletividade em movimento se ocupam e se preocupam com educação. Estas lições podem nos ajudar a refletir sobre cada uma das nossas práticas de educação, incluindo aquelas que desenvolvemos nas escolas. (CALDART, 2003, p. 51)

Com as lições pedagógicas do Movimento, foi possível construir a escola, contando com a organização da equipe do Setor das Finanças. No início, as salas ficaram sem piso, eram somente de “chão batido” em função das dificuldades e a falta de recursos que no momento todos estavam passando.

A Escola do Assentamento Egídio Brunetto, iniciou como escola itinerante, trazendo para a comunidade oportunidades para os educandos possuírem uma escola para estudar, na qual ensinasse de acordo com a realidade de vida dos mesmos. Trazendo para os educandos, a capacidade de tornar-se sujeitos críticos, capazes de se defender diante da burguesia, onde impõe para os filhos dos trabalhadores o que convêm ao capitalismo.

A política do MST, é se mobilizar no sentido de trazer a escola para dentro do assentamento, com o intuito de levar a educação como prioridade, aos educandos pertencentes do acampamento. Nessa perspectiva, a escola do Assentamento Egídio Brunetto iniciou em 2014, como Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro. Atualmente, atende aproximadamente 80 educandos, de 6º ano, Ensino Fundamental e Ensino Básico. Já a Escola Municipal, Construtores do Futuro atende 60 educandos, desde a Educação Infantil ao 5º ano.

O prédio da escola é composto por 10 salas de aula, feitas de madeiras, por esta razão a mesma encontra-se em uma situação precária. De fato as madeiras estão estragadas em alguns lugares, porém, mesmo com essas limitações é possível realizar as aulas, e a partir disso ir buscando melhorias e que proporcione aos educandos mais conforto no ambiente escolar.

A Escola do Campo é organizada com base nos ciclos de formação humana, o qual possibilita uma melhor relação tanto entre os educandos e educadores como entre a comunidade com a escola. Trabalhando a partir da realidade do educando, valorizando os saberes e conhecimentos, na qual os mesmos ha possuem.

O ciclo é composto por alguns elementos como parte do acompanhamento, tais como: parecer descritivo, classe intermediária, caderno de acompanhamento, *portfólio*, pasta de acompanhamento, nas quais estes elementos possibilitam aos educadores e professores um método de ensinar de forma diferenciada.

Estes princípios oportunizam os educandos a partir dos ciclos, como por exemplo: os ciclos fecham cada três anos, sendo assim, o educando tem a oportunidade de frequentar caso necessite a classe intermediaria no ano que fecha o ciclo; como por exemplo: o primeiro ciclo é composto pelo primeiro, segundo e, o terceiro ano, fecha o ciclo.

O educando que está com limites no primeiro e segundo ano, tem a oportunidade de frequentar a classe intermediária no terceiro ano e, assim, sucessivamente, com as de mais ciclos, na qual fecha o ciclo no sexto ano, nono e terceiro ano do ensino básico. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro (2016)

A dimensão educativa está no próprio movimento da realidade, da história. É a vivência da historicidade e a busca de superação das contradições presentes no movimento da realidade o que permite ao ser humano crescer como sujeito, participando da própria intencionalidade de sua formação. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP, 2016, p. 66).

É possível observar as limitações da comunidade assentada, em acompanhar a escola/colégio, pois a partir do instante na qual a escola realizou a transição para a escola Estadual e Municipal, a mesma se distanciou da comunidade/assentamento, deixando as discussões e limitações no interior da escola, sem perceber que o assentamento foi a base maior para a existência da escola nos dias de hoje.

4.2 O preconceito racial no Colégio 1º de Setembro: algumas questões para reflexão

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP), do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro, do Assentamento Egídio Brunetto, foi possível observar meio as leis, nº10.639/03 lei, nº 11.645/08, as quais trazem as regras, para ministrar a história africana e indígena nas escolas, abordando os conteúdos, como por exemplo: a importância do

estudo da cultura do afro-brasileira e a luta do afrodescendente pela igualdade racial, na qual é caracterizado a formação da população brasileira.

Já o Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro, (antiga escola Itinerante) do referido Assentamento nem sequer apresenta o assunto referente à diversidade do ensino da história africana, em decorrência disso, os educandos nem mesmo sabiam o significado de preconceito racial. Ministério da Educação e E Cultura (MEC) (2006), afirmou que

silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2006, p. 23)

Com o objetivo de ouvir as “vozes do silêncio”, foi realizado a aplicação de entrevistas com a direção da escola, que veio com a finalidade de entender as práticas e estratégias, que o Colégio vem desenvolvendo para combater o preconceito racial, considerando que a escola à qual nos referimos, é uma escola diferenciada, onde visa ensinar a partir do Ciclo de Formação Humana. Outra entrevista foi aplicada, com o mesmo objetivo aos professores e gestão escolar.

Sendo assim, num primeiro momento, no qual foi perguntado à direção do Colégio. *“Quais são as atividades, que a escola vem desenvolvendo para trabalhar a questão do racismo e o que é desenvolvido com os educandos no dia da Consciência Negra?”*, a resposta da direção foi a seguinte:

No ano passado (2016) não foi feito nada em função do tempo. Esse ano tem planejamento para trabalhar mais a fundo essa questão do racismo na escola, porém depende muito do plano de aula do professor em trabalhar em sala, determinado assunto. (DIREÇÃO DA ESCOLA/COLÉGIO, AGOSTO DE 2017).

Nesse sentido foi possível analisar, que a escola não está trabalhando essa questão do preconceito racial no dia 20 de novembro, tendo em vista, que esta data foi escolhida em homenagem ao Zumbi dos Palmares, sendo ele, uma pessoa que representou e defendeu a luta do negro contra a escravidão, consequência disso Zumbi dos Palmares morreu dia 20 de novembro de 1695 num combate em defesa de seu povo negro e da comunidade quilombola.

Nesse sentido, foi analisado entre os professores como vem sendo tratado o preconceito racial no Colégio do Assentamento. Foram entrevistados 3 professores do Ensino Básico, sendo um de história, um de sociologia e um de português.

Como você como professor observa na sala de aula as formas de preconceito racial? Um professor:- Tem alunos brancos que não querem sentar junto e fazer trabalho com o educando afro. Como também tem as brincadeiras de mau gosto e

apelido em algumas salas de aula, com os afrodescendentes. Se é observado o preconceito racial no Colégio, qual é a preocupação e formas para combater esta problemática? 1º professor: - Tentar mostrar de várias formas e exemplo para eles da cultura sobre o afro. 2º professor: - Conversar e dialogar com eles através de atividade 3º professor: - Trabalhar com o auxílio da psicóloga e juiz para conversar com os alunos, para eles saber que é crime o racismo.

Foi possível analisar ao longo da entrevista, com os professores do Colégio, que os mesmos compreendem a dimensão do racismo social e particularmente no Colégio. Constatou-se que os mesmos acreditam, que a forma de combater o racismo, seria como por exemplo: diálogos, auxílio de psicólogos e juízes, como também abordar as culturas afros e a história do negro e realizar atividades relacionadas com o tema. Estes seriam alguns métodos para combater o racismo, respostas vindas a partir das perguntas do roteiro de entrevistas aplicado aos professores,

O comodismo, muitas vezes, acaba dificultando estratégias pedagógicas mais ampliadas, como por exemplo: palestra sobre o racismo, vídeos, debates, teatros, místicas, na qual são métodos onde a escola de modo geral possam refletir, no sentido de compreender como os indivíduos afrodescendente se sentem em meio a uma sociedade racista e preconceituosa.

Dando sequência à descrição das entrevistas com os professores, indagou-se:

Quais são as atividades que a escola vem desenvolvendo para trabalhar a questão do racismo e o que está sendo desenvolvido com os educandos no dia da consciência negra?

1º professor – Nada. A escola não se preocupa e ninguém faz nada para combater o preconceito.

2º professor: - Está nos conteúdos para passar no plano de ação, mas não está sendo trabalhado nada, nem mesmo no dia da consciência negra.

3º professor: - Não vi nada sendo trabalhado.

Nesse contexto, os professores demonstraram como desafio, trazer como conteúdo escolar, a implementação do estudo referente ao racismo, considerando que vem sendo um conceito bastante discutido, porém, não resolvido como deveria e com a ausência dos professores em procurar estratégias de combate sobre esta questão, se torna mais difícil o combate do racismo, preconceito e a discriminação étnica no ambiente escolar.

Seguindo nessa lógica, ao observar o posicionamento dos professores do Colégio, é possível analisar que os mesmos não estão se posicionando diante desta problemática do preconceito racial, compreendendo que a gestão escolar e professores da mesma estão deixando passar essa temática, como se não fosse importante para o desenvolvimento dos educandos. Também observa-se, que não está sendo pensado na chance que os educandos afrodescendentes possui, de conhecer o contexto histórico e

cultura de suas origens.

Com o objetivo de compreender, se havia o preconceito racial no ambiente escolar, entrevistou-se cinco educandos do 5º e 6º ano e três do 9º ano, onde foi usado também o método de entrevistas, com o intuito de compreender com base nos próprios educandos afrodescendentes, como a escola vem analisando esta problemática.

Nesse viés foi utilizado com os educandos do 5º e 6º ano, o método de apresentar a eles, um boneco negro e um boneco branco e através destes, realizado algumas perguntas relacionado à cor de pele dos bonecos. A partir disso, analisar até que ponto os educandos conheciam o assunto relacionado ao racismo. No entanto, foi possível constatar que os mesmos não tiveram contato com conteúdos, na qual abordassem o racismo, preconceito, tampouco a história do afro-brasileiro.

Compreendendo, que o boneco negro representava as pessoas de pele negra e o boneco branco, as pessoas de pele branca da sociedade, analisando, na qual esta representatividade tem a finalidade de observar, o posicionamento dos educandos diante a diversidade e diferenças existente tanto na escola como social; dado início às perguntas:

Primeira pergunta: Qual desses bonecos é mau?

1º educanda afro: - A negra porque tem um olhar de mau.

2º afro: - A negra porque é mais brava.

Segunda pergunta: Qual destes bonecos é bom? Por que?

3 educandos reponderam: - O branco, porque não são burros como os negros e aprendem mais rápido.

2 educandos responderam: - Acho que a boa é o negro, porque quando crescer não vai chamar nós de negro.

Analisando as respostas dos educandos, é possível perceber como os educandos veem as pessoas de pele branca, como se fossem pessoas que não gostam do negro. Desse modo, distinguem o branco como mau, como também na concepção de alguns educandos o branco é bom porque são “mais inteligentes” que os negros. Considerando que estes educandos não conhecem o assunto referente à história da escravidão negra no Brasil, caso conhecessem a história talvez dariam outras respostas.

Nessa sequência, foi realizado a entrevista referente ao preconceito racial na escola, com os mesmos do 5º e 6º ano, com as seguintes perguntas:

Porque existe o racismo?

1ª educanda: - Porque ninguém mais respeita ninguém.

2ª educanda: - Porque o branco se acha com o direito de xingar e apelidar nós negros.

3ª educanda: - Porque o branco não gosta do negro.

Historicamente, podemos datar e/ou indicar onde surgiu a discriminação racial?

Os 3 educandos: - A discriminação contra o negro iniciou desde o tempo da escravidão.

Porque as pessoas se tornam racistas?

2 educandos: - Porque as pessoas de pele branca se acham superior aos negros.

1 educando: - Porque o branco se acha mais importante que negro.

A partir das respostas dos educandos, é possível analisar, em que os mesmos compreendem a existência do racismo e suas consequências, sendo elas a discriminação e o preconceito racial. Observou-se que os mesmos analisam o racismo, como um fator originado nos tempos da escravidão no Brasil, na qual o negro vem sendo inferiorizado. Compreende-se que o racismo é um pré conceito que um indivíduo apresenta referente ao outro, por apresentar “algo diferente”, como por exemplo: a cor de pele.

É necessária a compreensão dos educadores/professores e a gestão escolar, os quais têm o compromisso e responsabilidade de se preocupar em ensinar a respeito à diversidade étnico-racial de seus educandos, como forma de proteção. Compreendendo que a escola é um espaço onde o educando passa o seu maior tempo além de sua casa. De acordo com Ministério da Educação e Cultura – MEC (2006)

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos (as) alunos (as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos (das) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2006, p.23).

O sossego dos professores e demais membros da escola, demonstra o comodismo referente ao racismo e ao preconceito racial, no sentido de taparem os olhos diante as práticas de inferiorização do grupo negro e afrodescendente no ambiente escolar. A escola é um espaço, que busca a orientar e mostrar para os educandos a importância de respeitar as diferenças sociais.

Compreende-se, que a cor da pele ou as características de uma pessoa, não definem o caráter e valores do indivíduo e muito menos a inferioridade de qualquer grupo étnico. Nesse sentido, foi direcionado aos educandos, do 9º ano, a pergunta referente o assunto racismo no Colégio.

Você acha que deveria ser abordado em mais momentos, sobre o assunto preconceito racial na escola?

Os 3 educandos do 9º Ano: - Sim, porque parece que a escola não está preocupada com os educandos, como se a escola fosse deles.

Na sua opinião, porque existe o racismo?

Os 3 educandos do 9º Ano: - O racismo começou desde quando começaram a escravizar o negro, porque os brancos eram os sinhozinhos e escravizavam e colocavam o negro pra trabalhar, daí foi passando de geração pra geração que os brancos são melhores que os negros!

Conforme Gomes (2003, p. 76) “[...] a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da

escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos”.

A escola tem um papel fundamental na vida do educando, seja ele pertencente de qualquer etnia, compreendendo, que na escola o educando aprende através dos educadores, professores, como também a convivência com os colegas. Porém, se não forem abordados os conteúdos, referentes aos assuntos mais “peculiares” em sala de aula, como por exemplo: o preconceito racial, no sentido de trazer para os educandos nas quais as diferenças dos seres humanos, não são para serem usadas como instrumentos de opressão e de hierarquização, colocando a superioridade de um grupo sobre o outro.

Nesse sentido, é possível observar que os educandos do referido Colégio, tem interesse em entender e compreender, com maiores domínio, referente a história da cultura afro-brasileira.

Nessa perspectiva, uma educanda afrodescendente do 9º Ano relatou algo importante: “- *Eu venho estudar porque é uma obrigação vinda de meus pais, eu gosto de estudar aqui com meus colegas, também porque é perto de casa, mas aqui na escola, não é um espaço que as pessoas sabem ouvir a gente*”.

É possível analisar a partir deste depoimento a falta de diálogo entre professores(as) com os educandos sobre o racismo, os estudos históricos e sociológicos sobre as diferentes etnias, que dão origem aos povos mestiços desse país, deixa os educandos inseguros e fragilizados na relação com seus professores. Compreende-se que a escola é um espaço de socialização das culturas, porém, não está apenas nas mãos dos professores acabar com o racismo, mas os mesmos podem contribuir por meio do conhecimento e planejamentos em desenvolver estratégias e praticas, em prol do combate do racismo e discriminação no ambiente escolar.

Além dos professores e a gestão da escola, incluir no currículo escolar temas sobre a cultura africana, também é necessário que os educandos aprendam, a respeitar desde o ambiente familiar, a respeitar a diversidade. Nesse sentido, não fica como tarefa apenas do professor, analisando na qual o racismo, preconceito e discriminação, em função da cor da pele, é uma “problemática” que o afrodescendente vem vivenciando a longos tempos e em diferentes espaços.

O preconceito racial é vivenciado de várias formas, por exemplo: um olhar de desigualdade e indiferença, na qual a negritude precisa acostumar, com esses gestos de discriminação todos os dias nas ruas, espaços públicos, escolas, universidades, entre outros. Para compreendermos o cotidiano de um indivíduo negro, em uma sociedade

racista, é preciso ser negro, pois o negro carrega com sigilo o desprezo da sociedade em função de suas características e principalmente pela cor de sua pele. De acordo com Pimentel; Silva; Santos (2017)

As crianças negras precisam ser respeitadas como todos, precisam viver suas origens, sua cultura e não serem julgadas por essa sociedade preconceituosa que temos, possuem uma lei que as protege e obriga o ensino de sua cultura, mas que não é cumprida a risca por todas as escolas e também pela sociedade estereotipada que possuímos. (PIMENTEL; SILVA, SANTOS, 2017, p.12).

Contudo, é preocupante viver em uma sociedade, na qual não respeita as diferenças, onde vem sendo cometidas diversas discriminações contra a criança negra nas escolas, como se as mesmas tivessem feito algo de errado para a sociedade, é explícito como vem sendo ocultado/camuflado o racismo, que existem leis, que protegem o afrodescendente e a obrigatoriedade de ser estudado a história e cultura africana.

Visualiza-se que ainda têm escolas, que não estão cumprindo com estas leis brasileiras. E isso, é um direito que está sendo negado para a etnia afrodescendente e as demais etnias, compreendendo, que um dos aspectos importantes de se ensinar a história da cultura africana nas Escolas, além de serem um dos três pilares da cultura e da formação do povo brasileiro, considerando na qual os negros/afros constituem a metade da população do País.

5 AS LEIS ANTIRRACISTAS E O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

Este capítulo vem com o objetivo de abordar algumas leis, nas quais surgiram a partir de lutas e resistência da etnia afro-brasileira, analisado que a etnia afrodescendente não estava sendo respeitada, atendida e com as mesmas oportunidades, a partir disso foram sancionadas várias leis, com o intuito de proteger a dignidade do grupo afrodescendente, da discriminação racial, preconceito e racismo.

Compreendendo, que este capítulo abordará apenas algumas leis que se faz necessário, no sentido de complementar a pesquisa, no colégio e para melhores compreensões das leis que foram implantadas, para os indivíduos que cometem estes tipos de crimes no Brasil.

Mesmo o grupo étnico-racial contendo várias leis ao seu favor, em prol de seus direitos é possível analisar, que o negro afro vem vivenciando o preconceito por vários fatores, mas principalmente em função de sua cor de pele e mesmo com as leis, o afro está em desvantagem na sociedade, nas oportunidades e em modo geral.

É de suma importância lembrar o movimento negro, o qual surgiu antes das primeiras leis implantadas, onde os escravizados/negros se organizavam para garantir a liberdade, sem contar que a escravidão pendurou durante quatro séculos. Diante disso, cabe ressaltar que os mesmos, no período da escravidão formavam o quilombo na mata, que abrigava centenas de escravos, que fugiam da escravidão e a partir deste espaço os negros iniciaram, lutas a favor da libertação dos demais de suas etnias (escravos), para ser libertos.

Nesse sentido, é de suma importância, destacar “a primeira lei, contra o preconceito racial no Brasil”, a lei Afonso Arinos em 1951, na qual veio com o intuito de trazer a confirmação da igualdade de todos, não importa a cor, sexo, religião ou quaisquer características. De acordo com Grin; maio (2003)

Em 5 de julho de 1951, o jornal O Globo publicou uma matéria sobre a recém-aprovada Lei nº 1.390,1 que tornava contravenção penal a discriminação racial e que ficou conhecida pelo nome de seu autor, o deputado federal pela UDN, Afonso Arinos de Melo Franco. Não havia na trajetória de Afonso Arinos de Melo Franco — como intelectual, parlamentar, jurista-maiores evidências de que nasceria de seu mandato, como deputado federal no Congresso nos anos de 1950, a primeira lei contra o preconceito racial no Brasil, especialmente em meio a uma intelligentsia que pensava o Brasil como um país racialmente harmônico. (GRIN; MAIO, 2003, p.34).

É possível analisar, que esta lei, foi fundada com a finalidade de mostrar para a sociedade a igualdade dos seres humanos. Mesmo com limites, a negritude conseguiu

obter avanços vinda dos antirracistas da época, compreendendo que para existir a lei Afonso Arinos, houve várias lutas e resistências, pois tratar de um assunto como o combate ao racismo, nem sempre foi uma luta fácil, ainda mais quando se trata de uma problemática, na qual a sociedade busca inferiorizar.

Já a lei, nº7.716/89, na qual surgiu após a Constituição Federal de 1988, nas quais protege o negro/afrodescendente da discriminação racial, racismo e preconceito racial, ou seja, a lei nº7.716, surgiu a partir da necessidade da etnia negra, em proteger a dignidade do indivíduo, esta lei vem com o intuito de trazer para a população brasileira, a importância de estabelecer uma forma, na qual traz mais estabilidade ao negro/afrodescendente.

Compreende-se que o negro busca a igualdade junto aos demais indivíduos, porém é preciso estimular leis como estas, para que o grupo étnico se sinta de alguma forma protegido e mesmo com esta lei estabelecida em 1989, na qual oferece, na qual a prática de racismo e discriminação racial, é crime inafiançável. No entanto, nem sempre esta lei é vigorada, pois observa-se vários ato racista, discriminação e preconceito racial e o agressor paga a fiança e não é preso. De acordo com (Pimentel; Silva; Santos 2017)

Mesmos assegurados pelas leis como a 9.459, de 13 de maio de 1997 e a 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que fala que é um crime excluir e discriminar qualquer afrodescendente, na prática podemos constatar o não cumprimento dessa legislação porque o racismo continua a se manifestar através de xingamentos, chacotas, piadas e ditos populares, tornando clara a discriminação racial em todos os lugares, principalmente na escola. (PIMENTEL; SILVA; SANTOS,2017, p.2)

Já a lei, nº 10.639/2003, ensina a história e cultura afro-brasileira e africana, nas escolas públicas e privadas, onde vem com o objetivo de valorizar a identidade negra, compreendendo, que esta lei foi sancionada em 2003, a mesma traz a obrigatoriedade da inserção nas escolas e vem para ser aplicada e desenvolvida em sala de aula.

Porém, tem escolas que deixam ao critério dos professores abordar para os alunos o ensino da história africana, observando que esta lei não vem como escolha para ser implantada no currículo, mas, sim, como obrigatório de acordo com as diretrizes de base (LDB). De acordo com os autores aqui citados

A Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino das mesmas. Temos ainda a Lei 11645/2008, que dá a mesma orientação em relação a História e Cultura Indígena. Essas duas leis possuem o mesmo objetivo que é conscientizar para uma educação antirracista e mostrar que a escola é um lugar de inclusão. As diferenças devem ser vistas como algo bom, pois a escola é onde formaremos pessoas pensantes, com autonomia que futuramente fará parte da sociedade. (PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2017, p.17).

Esta lei tem a finalidade de representar o aluno afro brasileiro, no sentido de trazer

para a escola a importância que a etnia afro traz ao longo de sua história. Analisando, nas quais os afrodescendentes traz em seu contexto histórico, as suas culturas, costumes, resistências, como também os mesmos vem buscando a muitos anos a conscientização da sociedade brasileira.

Já a lei, nº12.288, de 20 de julho de 2010, Estatuto da Igualdade Racial, sendo ela uma lei Federal, nas quais abrange várias implementação em defesa do negro que sofre a discriminação no Brasil, pela sua cor de pele. O Estatuto da Igualdade Racial é um avanço, para a população brasileira, analisando que a mesma é o resultado de demandas do movimento negro. De acordo com Brasil (2003)

Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. (BRASIL, 2003,p.7)

A lei do Estatuto da Igualdade Racial, vem com o objetivo de somar, em função do ser humano com direitos e igualdade, porém a imagem do grupo étnico ainda vem sendo visto como ruim, feio e desigual, observando que para ser bonito ou no padrão, precisa ser de pele branca.

Conforme é analisado através da televisão brasileira, mesmo com avanços com as cotas na educação, empresas espaços públicos e privados o afro-brasileiro ainda é inferiorizado na sociedade, o negro muitas vezes finge a sua aflição, diante à discriminação racial, pelo fato do seu passado ter sido sofrido.

Nesse sentido, “a lei Estatuto da Igualdade Racial” vem com seus avanços em prol da população negra, na questão de olhar para o negro com reconhecimentos, como por exemplo: a formação de professores, na qual vem com o intuito de proporcionar a escola e ao grupo étnico, a valorização de sua cultura. Nesse sentido, é possível analisar a partir de alguns itens que a lei aborda, em função dos ensinamentos nas escolas e universidades, adquirindo mais caminhos para a educação, se inteirar de temas relacionado a população afrodescendente. De acordo com Brasil (2003)

Parágrafo único. O Ministério da Educação elaborará o programa para a disciplina, considerando os diversos níveis escolares, a fim de orientar a classe docente e as escolas para as adaptações de currículo que se tornarem necessárias.

Art. 21. Os órgãos federais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação criarão linhas de pesquisa e programas de estudo voltados para temas referentes às relações raciais e questões pertinentes à população afro-brasileira.

Art. 22. O Ministério da Educação incentivará as universidades a:

- I – apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população afro-brasileira;
- II – incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores

temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III – desenvolver programas de extensão universitárias destinadas a aproximar jovens afro-brasileiros de tecnologias avançadas;

IV – estabelecer programas de cooperação técnica com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças raciais.

Art. 23. É obrigatória a inclusão do quesito raça/cor, a ser preenchido de acordo com a autotaxi-classificação, em todo instrumento de coleta de dados do censo escolar promovido pelo Ministério da Educação, para todos os níveis de ensino. (BRASIL, 2003, p.13-14).

De acordo com a lei da igualdade de oportunidades, observa-se que a mesma vem sendo pensada para a população negra em combate ao racismo. Analisando que este avanço é o fruto das demandas e lutas do movimento negro, que vem com a necessidade de garantir para o grupo étnico-racial a igualdade.

5.1 Benefícios das leis brasileiras para a educação contra o preconceito étnico racial no Brasil: algumas considerações

As leis brasileiras foram pensadas, a partir de vários propósitos, sendo uma delas o combate do racismo nas escolas, compreendendo, que é fundamental para área da educação trazer o diálogo e reflexões de acordo com as leis, em razão das mesmas existirem. Nesse sentido, as leis que foram sendo legalizadas surgiram a partir da necessidade do reconhecimento dos direitos dos cidadãos da população negra, sem contar que os mesmos já conquistaram o seu espaço e obtiveram avanços. Porém, os mesmos ainda são mal visto diante os demais.

Nesse sentido, compreende-se que o negro/afro busca a partir de suas lutas a ampliação das leis, o reconhecimento da etnia afro na sociedade e principalmente na educação, onde vem sendo um espaço com maior índice de racismo, preconceito e discriminação do negro. Analisando que as leis, que foram legalizadas beneficiam os mesmos, com os direitos de igualdades nos espaços independentes de cor, raça/etnia ou religião.

De acordo com a inclusão das leis, é possível observar que as mesmas obtém várias finalidades, como por exemplo: a educação onde trabalha com a questão da implementação do ensino da história e cultura africana nas escolas, na qual dá a oportunidade para os alunos compreenderem melhor sobre a história de lutas e resistência, que a população negra vivenciou em seu contexto histórico.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que uma das maiores resistências da população negra e seus antecedentes, não deixar perder as suas culturas, costumes, e valores, onde é vivenciada nos dias atuais, como por exemplo: capoeira, músicas candomblé, culinária, seus rituais entre outros. Analisando na qual, está explícito na lei, “Estatuto da Igualdade Racial, no art. 22 II do parágrafo único, que o ministério da Educação, vem com o intuito de incentivar as universidades, no desenvolvimento de temáticas de interesse da população afro-brasileira.

Como também a lei, nº10.639/2003, na qual vem com o objetivo de trazer para a educação brasileira, a aplicação do estudo sobre a cultura africana, nas escolas públicas e privadas, com o intuito de proporcionar aos educandos o histórico da chegada do negro, desde as suas culturas, costumes e valores. Nesse sentido, as leis, nas quais foram criadas, em defesa da população negra oportunizando o professor e o aluno em sala de aula, compreender, como se deu a escravidão e as raízes do racismo, discriminação, desigualdade e a inferiorização com o grupo étnico-racial.

Sendo assim é possível destacar, que obtém algumas leis brasileiras, contra o preconceito étnico-racial no Brasil, frisando a importância de combater o preconceito racial e o racismo, como por exemplo: a primeira lei, na qual ficou “conhecida pelo nome do autor, Afonso Arino, na qual sendo ela a primeira lei contra o preconceito racial”.

Como também a “lei, nº10.639/03 sendo esta, uma lei que traz para a educação a obrigatoriedade da inclusão do ensino da cultura africana desde 2003”, compreendendo que esta lei vem com a finalidade de proporcionar para as escolas e colégio o desafio, de incluir a educação o respeito pela diversidade na sociedade. Como também a lei Estatuto da Igualdade Racial, em que vem com vários parágrafos, a fins de proporcionar aos afrodescendentes benefícios, a partir da educação possibilitando, “temas referente aos valores pertinentes à diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira”.

Analisando o PPP da escola é possível observar a inclusão da lei, 10.639 no documento da escola, na qual traz a importância para a educação o ensino da cultura afro-brasileira e o combate ao racismo, compreendendo que no Colégio do Assentamento Egídio Brunetto; os educandos a grande maioria são negros/afro e isso vem como um desafio, para os educadores e professores se inteirar com mais apreço em sala de aula, referentes a temas, na qual busca ensinar.

A diversidade precisa ser respeitada, (analisando que o Brasil obtém a miscigenação/mistura de brancos, negro e indígenas, entre outros; portanto de qualquer forma todos tem uma mistura, isso demonstra, nas quais os brasileiros são a maioria

afros, mas é destacado o negro pelas suas características, cultura, costumes e cor de pele escura).

Nesse sentido os professores, possuem práticas, segundo eles para combater a questão do preconceito racial na Escola do Campo 1º de Setembro, compreendendo que esse ano ainda tem tempo para proporcionar aos educandos o ensino da cultura africana. Sendo assim é possível analisar a partir das respostas dos professores:

Como você pretende trabalhar a história do negro na sala de aula, considerando a diversidade étnico-racial, na qual forma o MST nesta região,(ou Assentamento)?

1-Professor: Tento mostrar pra eles sobre o preconceito racial a raça, cor sem extinção respeitando a cultura de cada um.

2-Professor: trabalho texto e interpretação e discussão sobre a diversidade, o que acontece na escola e sociedade o que acontece de discriminação.

3-Professor: Trabalhar as diferenças mais que são todos iguais. Trabalho pouco só nas datas ou quando acontece o racismo.

É possível analisar, portanto que os professores do referido Assentamento também analisam a importância de trazer para as aulas o ensino sobre o preconceito. Porém, o comodismo faz com que o tempo passe e nada seja feito. Princípio os professores têm a dimensão do que seria importante como prática para o combate do preconceito racial, mas que ainda não foi colocado em práticas suas teorias.

Analisando como o racismo se define no que é atribuído a uma etnia/grupo da negatividade em função dos mesmos terem suas culturas e características diferentes, em função disso acontece muitas violências, pois os afrodescendentes, não tem um porquê de aceitar ser visto como desigual na sociedade.

Em vista disso, o afro, foi e é visto como pertencente de uma raça, ou seja “raça negra”, Porém isto não passa de um termo, na qual foi usado para um grupo ter domínio do outro, atualmente, raça ficou no senso comum, visto que o branco nunca teve uma raça, apenas os afros, indígenas entre outros. Nesse sentido o branco passou a ser superior as “raças”, compreendendo, que esse termo raça, deixou de existir a muito tempo, segundo os cientistas, raças existem, mas apenas uma, a raça humana, Na qual ninguém é superior de alguém ou grupo, mesmo assim, isto deixou vestígio entre as pessoas e grupos, em função disso existe o racismo na sociedade.

Analisando a escola, que os educandos de várias culturas e etnias frequentam, é possível observar que nem todos os professores que vem de fora trabalhar na escola, estão preparados para pensar práticas referente ao racismo e se opor diante ao preconceito racial no ambiente escolar, no sentido de abraçar a causa e fazer a diferença. Pouco adianta passar conteúdos, temas e pintar o rosto dos educandos de branco e preto, no dia da consciência negra, se não for debatido em sala, explicada de forma

simplória, na qual os educandos entendam e reflitam sobre o preconceito racial e racismo.

Os educandos/alunos precisam saber o que significa: consciência negra, o respeito a diversidade, é pra isso que existe as leis, pra ser seguida e na escola os educandos/alunos precisam saber disso e intender que piadas, pejorativos, entre tantas discriminações é falta de respeito com as diversidades.

Os princípios da Educação do Campo, vêm com vários elementos, onde trazem a importância da igualdade entre os seres humanos, a fim de construir no campo um espaço, em que os camponeses possam viver de suas próprias obras. A Educação do Campo ensina desde o micro ao macro, pois ensina os educandos, buscando trazer desde as suas realidades de vida da comunidade e abrangendo o mundo lá fora, com o objetivo de dar continuidade as suas identidades camponesa.

É certo que exige, a responsabilidade dos professores, enfrentar os preconceitos referentes as realidades da escola e dos educandos, pois as escolas do campo, principalmente a escola, que eu realizei a pesquisa a mesma tem uma extensa carências das políticas públicas, sem contar os preconceitos da sociedade, pelas realidades das famílias, como também por ser uma escola do campo com o ensino diferenciado.

Nesse sentido, não se torna uma tarefa fácil, tanto para os professores e educadores como para os educandos, nas quais vivenciam os preconceitos sociais, que está em todos os lugares, como o preconceito racial, racismo, discriminação e vários outros que o camponês vivencia. Os desafios são muitos e necessitam de práticas e estratégias para combater, sem deixar que a desigualdade tome conta dos espaços.

O Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro, desde seu início, vem passando por dificuldades, desde a ocupação e a garantia de conquistar um território, na qual pudesse garantir uma vida melhor a todos. Como também houve vários empasses referente a existência da escola e colégio, mesmo assim a organicidade das famílias e resistência resultou nos dias de hoje em um assentamento com escola, entre outras conquistas, visto que, há grandes desafios pela frente para serem debatidos e combatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como se apresenta e como se trabalha a questão do preconceito racial no Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro, do Assentamento Egídio Brunetto no Município de Rio Branco do Ivaí no Estado do Paraná. Como também definiu quais conceitos são importantes para compreender como se apresentam e pedagogicamente é trabalhado o preconceito racial na Escola do Campo.

Descrevo um breve histórico do Assentamento Egídio Brunetto a respeito do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro e analisou-se as várias formas de preconceito racial existentes na escola do Assentamento. Além disso, contextualizei historicamente as leis brasileiras, nas quais foram sendo criadas para combater o preconceito racial e propor estratégias pedagógicas de combate ao preconceito racial nas Escolas do Campo e em toda a sociedade brasileira.

A partir destes objetivos foi possível desenvolver, em uma Escola do Campo a pesquisa a respeito de casos de racismo no ambiente escolar, analisando desde o cotidiano, a realidade e preocupação da escola referente ao tema; nesse sentido, além de verificar e constatar, que é uma problemática que precisa ser combatida e pensada de várias formas, práticas e estratégias a partir da lei, nº10.639/03 conforme está no PPP da escola.

A pesquisa abordou vários elementos relacionados ao, preconceito racial e discriminação nos espaços escolares, espaços públicos, privados e as formas de preconceito, em que a população negra vem se deparando ao longo de seu contexto histórico.

Foi possível utilizar o método de entrevistas, para os educandos com o intuito de compreender a partir deles e analisei a dimensão do preconceito racial e, como vem sendo pensado o combate na escolar, sem contar que a pesquisa proporcionou, conhecer o tema com maiores dimensões.

Com a realização de perguntas com três educandos afrodescendentes do 9º ano, foi possível observar nos mesmos a indignação da inexistência da questão do preconceito racial no colégio, considerando que os educandos são adolescentes e compreendem melhor a questão da discriminação racial: *“Em algum momento foi estudado sobre o preconceito racial, racismo ou a história do afrodescendente em sala de aula? Os 3 educandos: - Nunca foi estudado estes temas na escola, porque os*

professores e direção da escola vivem no mundinho deles, separados de nós, não se importam em passar esse tipo de conteúdos”.

De acordo com as respostas dos educandos, observou-se que não está sendo pensado para os mesmos a inserção de conteúdos referente ao racismo, preconceito racial, discriminação e à cultura africana, conforme está explícito no PPP do Colégio, o ensino da lei, nº 10.639/03. Os educandos tem o direito de estudar a cultura do afro-brasileiro e o contexto Histórico do negro, conforme está na legislação.

Porém, a escola demonstrou ter outros limites e dificuldades, tais como: a falta de reflexões e diálogo com os educandos, na questão de Bullying/distribuição de apelidos entre os educandos. Contudo, não foi o propósito desse estudo para esta pesquisa, compreendendo, que apareceram outros temas como este, se faz necessário, remeter outros estudos futuramente no Colégio.

O presente trabalho contribuiu em diversos aspectos, proporcionando além da aprendizagem a contribuição para compreender o preconceito racial, o qual vem sendo um assunto que a sociedade age como se não fosse uma questão preocupante, sem contar as diversas consequências que o racismo o preconceito racial e a discriminação vem causando. Tendo como exemplo danos tanto psicológico quanto físicos, formação frágil da identidade, limites na aprendizagem, como também causa a baixo autoestima do aluno.

A partir deste estudo, foi possível analisar a pesquisa e concluir, que o colégio que realizei a pesquisa, os educandos afrodescendentes não estão tendo espaço para falar e expor os seus sentimentos referentes ao preconceito vivenciado e nota-se o silêncio dos professores e da gestão escolar relacionado a este assunto.

Sendo assim, com base nos resultados deste TCC, na qual analisa o preconceito racial, fico com o desafio de apresentar para a escola um plano de aula, com o objetivo de aprofundar a discussão do tema, levando para os educandos as formas de preconceito que a etnia africana vem enfrentando ao longo de sua história, com o intuito de motivar os professores e alunos a combater o preconceito no Colégio do Assentamento Egídio Brunetto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Estatuto da Igualdade Social. **Organização do Estatuto** Paulo Paim. Brasília: [s.n.], 2003. Disponível em: http://www.cjf.jus.br/phpdoc/pages/sen/portaldaeducacao/textos_fotos/racial/textos/estatuto_racial.pdf Acesso. 20 Set/2017.

CALDART, Roseli Salete. **Movimento Sem-Terra: lições de Pedagogia**. Currículo sem Fronteira, v.3 n.1, pp. 50-59, jan/jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3is1_articles/rose_1.PDF>. Acesso em 20 de Setembro 2017.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do Campo em Movimento**. Currículo sem Fronteira, v.3 n.1, pp. 60-81, jan/jun 2003. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo-2009>>PDF <MMII/3SF/A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO. PDF.> Acesso em 25 de Setembro 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, R; Pereira, I. B, ALETJANO, P., GRIGOTTO, G.(Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.257-267.

GOMES, Nilma, Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão**. [S.l.:s.n.], [2015?]. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 18 de Agosto 2017.

GRIN, Monica; MAIO, Marcos Chor. O Antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arino de Melo Franco. **Revista Tapoi, Rio de Janeiro**, v. 14, n. 26, p. 33-45, jan/jul. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00033.pdf>> Acesso 05jun/2017

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação:**

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, nº 23, p. 75-85. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextHYPERLINK%22http://www.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid_S1413-24782003000200006%22&HYPERLINK%22http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006%22PID=S1413-HYPERLINK%22http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006%224782003000200006>. Acesso: 15 de Outubro de 2017.

JUNIOR, Hélio Silva. Discriminação Racial nas Escolas: **Entre a lei e as Práticas Sociais**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0012/001297/21_por.Pdf> Acesso em: 10mar/ 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico Raciais**. Brasília, 2006. 257-256 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/documentos/orientacoes_eticoraciais.pdf> Acesso em 01 de nov/ 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus. Educação e Preconceito racial no Brasil: **Discriminação no Ambiente Escolar**. In V EPEAL, PESQUISA EM EDUCAÇÃO: DESENVOLVIMENTO ÉTICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL, [S.i.: s. n.], [2015?] Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1043966-Educacao-e-preconceito-racial-no-brasil-discriminacao-no-ambiente-escolar.html>>. Acesso em 10 abr/ 2017.

PIMENTEL, Josiane de Jesus Costa; SILVA, Juliana Lemes da; SANTOS, Nathalia Aparecida de Melo. Racismo na Escola: **Um Desafio a Ser Superado**. [S.l.:s.n.],[2015]. Disponível em: <http://serra.multivix.edu.br/wpcontent/uploads/2015/06/Racismo_Escola_um_desafio_ser_superado_ped.pdf> Acesso em: 20 mar/ 2017.

PÓRTOS, Franciellen Marçal Fidelis de. **A LEI 10.639/03: Por uma educação antirracista**. Londrina [s.n.], 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/FRANCIELLEN%20MARCAL%20FIDELIS.pdf>>. Acesso em: 22 jun/ 2017.

PPP-Projeto Político-Pedagógico. Colégio Estadual do Campo 1° de Setembro, Rio Branco do Ivaí, 2016.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Ação Cultural para a Liberdade**: Um Encontro com a Pedagogia da indignação. In: SOUZA, Ana Inês (Org.) Paula Freire Vida e Obra. 3°.ed. São Paulo, 2015. p. 95-123.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM PROFESSORES

1. Que disciplina leciona?
2. Professor de que anos do Ensino Básico?
3. Como você pretende trabalhar a história do negro na sala de aula considerando a diversidade étnico-racial que forma o MST nesta região (ou Assentamento)?
4. Quais são as atividades que a escola vem desenvolvendo para trabalhar a questão do racismo e o que está sendo desenvolvido com os educandos no dia da consciência negra? Referentes ao preconceito racial no Colégio?
5. Como você como professor observa na sala de aula as formas de preconceito racial?
6. Se é observado o preconceito racial no Colégio, qual é a preocupação e formas para combater esta problemática?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA COM DIREÇÃO

1. Quais são as atividades, que a escola vem desenvolvendo para trabalhar a questão do racismo e o que vem sendo desenvolvido com os educandos no dia da consciência negra?

APÊNDICE C

DINÂMICA PEDAGÓGICA PARA A ENTREVISTA E CONVERSA COM OS EDUCANDOS

A dinâmica, na qual foi utilizado com alguns educandos do 5º e 6º ano foi o método de apresentar a eles, a imagem de um boneco negro e ao lado um boneco branco, e a partir disso, realizado perguntas relacionando à cor da pele dos bonecos, com base nisso perceber, até que ponto os educandos conheciam o assunto relacionado ao racismo, no entanto foi possível constatar que os mesmos não tiveram contato com conteúdos que abordassem o racismo, o preconceito, tampouco a história do afro-brasileiro.

Além da dinâmica com os educandos, foi realizado a entrevista para alguns educandos, do 5º, 6º e 9º ano para que a partir das perguntas e respostas, analisar como os mesmos vem observando e compreendendo a discriminação, preconceito e racismo, compreendendo, que mesmo os educandos possuindo limitações em compreenderem os conceitos, observava-se que a pós a dinâmica do boneco e a exposição das perguntas de forma clara, os mesmos conseguiram compreender com maiores domínio. Porém os educandos entrevistados do 9º ano, foi possível realizar um longo debate, na qual os mesmos se posicionaram diante o tema/conceitos, expressando como é difícil ser negro em uma sociedade, na qual olha as diferenças com desigualdade.

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM EDUCANDOS

Educandos 5º e 6º Ano

1. Por que existe o racismo?
2. Historicamente, podemos datar e/ou indicar onde surgiu a discriminação racial?
3. Por que as pessoas se tornam racistas?
4. Quais desses bonecos é mau?
5. Quais desses bonecos é bom?

Educandos do 9º Ano

1. Em algum momento foi estudado sobre o preconceito racial, racismo ou a história do afrodescendente em sala de aula?
2. Você acha que deveria ser abordado em mais momentos, sobre o assunto preconceito racial na escola?

APÊNDICE D

FOTOS DO COLÉGIO ESTADUAL 1º DE SETEMBRO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO



Fonte: arquivos pessoais; Josiane Vidal. Outubro de 2017.

APÊNDICE E

PLANO DE AULA

PLANO DE AULA	
PLANO DE AULA	Estadual do Campo 1° de Setembro
Disciplina	História
Turma:	6° Ano
Tempo pedagógico previsto	5 Aulas
Tema	Preconceito Racial, Racismo, Discriminação e porque ele acontece.
Conteúdos	Preconceito, discriminação e racismo no contexto escolar
Objetivos	<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Compreender a partir do diálogo e expressão dos educandos afrodescendentes, como os mesmos vem assimilando o preconceito, discriminação e o racismo em função da cor de sua pele, na sociedade, como também na própria comunidade e escola. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Dialogar com os educandos, como se deu a formação da sociedade, na qual foi a partir da miscigenação, entre o negro, branco e indígenas. → Proporcionar aos educandos a compreensão da diversidade, tendo a própria sala de aula, como um ambiente em que todos convivem, frente as diferenças. → Dialogar com os educandos referentes aos conceitos; preconceito racial, racismo e discriminação.
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> → Dar o início da aula com apresentação do tema → Realizar perguntas para os educandos, tais como: vocês conhecem esse tema/assunto, pra vocês o

que é o preconceito racial? Quais são os tipos de discriminação na qual os afrodescendentes, vem sofrendo na sociedade? Porque existe a desigualdade racial em nosso meio?

- A partir das respostas dos educandos, se os mesmos conhecerem o tema, na qual será discutido em aula, fomentar o debate para conhecer o sentimento dos mesmos referentes ao preconceito racial e a partir disso analisar, qual a posição dos educandos afrodescendentes, diante esse debate/dialogo, em sala.
- Para a compreensão do tema, passar um documentário, referente a desigualdade racial, entre as pessoas na sociedade.
- Após ao documentário, ouvir os educandos se tem algo a dizerem, sobre o assistido e informar os educandos que somos todos iguais perante a lei e como o preconceito e desigualdade racial, pode ferir um indivíduo ou grupos étnicos e essa diferença existe porque cada ser humano é único, (Não existe ninguém iguais, as características muda de uma pessoa pra outra, tanto é que tem as etnias nas quais cada grupo pertence, por exemplo: a etnia afrodescendentes é um grupo formado por pessoas, que descende de africanos de sua origem, na qual tem a mesma cultura, costumes nas quais forma a sua identidade, e precisa ser respeitado, não só a etnia afrodescendente, mas sim as demais.)
- A partir disso, apresentar aos educandos imagens de crianças pequenas brincando juntas, crianças negras e brancas e a partir disso questionar os mesmos, se as pessoas nascem racistas? Analisando qual é o sentimento dos educandos que sofrem discriminação em função de sua cor de pele.

	<p>➔ Para finalizar a aula, distribuir folha para os educandos para a produção de texto individual, referente ao tema e como cada educando pode contribuir com o combate do preconceito racial e a discriminação escolar.</p>
Recursos Didáticos	<p>➔ Quadro, giz, folha de papel sulfite e audiovisuais, vídeo e leitura de imagem.</p>
Avaliação	<p>➔ Dialogo, escrita e compreensão do tema</p>
Referências	<p>Vídeo/documentário: ➔ https://www.youtube.com/watch?v=FDI4LfJcP44</p>

Fonte: arquivo pessoal, Josiane Vidal. 2017.